

Indicações para ANA preocupam ONGs

Gladinston Silvestrini e João Domingos
de Florianópolis e Brasília

A criação da Agência Nacional de Águas (ANA) começa a mobilizar interesses em torno da indicação dos nomes que irão compor a sua diretoria. A rede de organizações não-governamentais Grito das Águas, com sede em Santa Catarina, enviou um documento ao governo federal pedindo que a instalação da futura agência obedeça a critérios técnicos e não políticos.

O projeto de lei que criou a ANA foi aprovado no dia 20 de junho. A sanção ocorreu no dia 17 de julho. Como a lei dá ao Poder Executivo noventa dias para criar a agência e indicar seus diretores, o presidente Fernando Henrique tem até 15 de

outubro para consolidar o quadro funcional da ANA, tanto do ponto de vista administrativo quanto técnico. Os nomes dos cinco diretores terão de ser aprovados pelo Senado.

O Movimento Grito das Águas reúne 14 ONGs ligadas à gestão dos recursos hídricos no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Segundo Leonardo Morelli, presidente da organização, a preocupação do movimento é de que a composição da diretoria não obedeça ao que diz a lei 9.433/97 — que estabelece a política nacional de recursos hídricos —, abrindo espaço

para apadrinhados políticos.

A legislação prevê que a direção, com cinco membros, seja constituída por dois representantes indica-

“Por lidar com um recurso natural, a ANA não pode ser encarada como uma agência reguladora de serviços”, diz Leonardo Morelli

dos pela sociedade civil organizada, dois pelos usuários dos recursos hídricos, e um pelo poder público. A principal crítica do movimento é de que o governo estaria instalando a agência antes de regulamentar a lei de recursos hídricos, que estabelece sua criação. “Por tratar diretamente com um recurso natural, a ANA não pode ser encarada como uma agência reguladora de servi-

ços como as demais”, diz Morelli.

A ser cumprido o que determinaram o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, a escolha da direção da ANA será técnica e não política. E isso tem uma razão: a agência deverá ficar bem mais poderosa do que o próprio ministério ao qual será subordinada. Logo que começar a atuar estará enfrentando lobbies de toda natureza, sejam eles nacionais ou estrangeiros. A cobrança pelo uso da água, que passa a ser considerada uma commodity, vai alcançar industriais, comerciantes e agricultores. O diretor de Recursos Hídricos do Ministério, Raymundo Garrido, alerta: todos terão de pagar pela água.

Class.	58
Data	18-20/8/2000 Pg. 18
Fonte	gm
Documentação	158